

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO**

**Secretaria/Departamento:** Secretaria Municipal de Administração

**Número do Processo:** 156/2026

**Responsável pela Elaboração:** Rosane Aparecida de Moraes

**Data da Elaboração:** 10 de junho de 2026

**2. NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E JUSTIFICATIVAS**

A presente contratação possui natureza híbrida, envolvendo simultaneamente a prestação de serviços bancários relacionados ao processamento da folha salarial e a cessão onerosa da gestão financeira da folha de pagamento dos servidores municipais, da qual decorre o repasse financeiro (aporte/outorga) ofertado pela instituição financeira à Administração Municipal. O objeto abrange aproximadamente 1.653 vínculos ativos (1.053 efetivos e 600 temporários), com uma folha bruta mensal estimada em R\$ 9.749.488,72. O contrato vigente encerrou-se em maio de 2026, exigindo medidas para garantir a continuidade deste serviço essencial.

Diferente da análise inicial que sugeria a contratação direta da Caixa Econômica Federal via Art. 75, IX da Lei 14.133/2021, a Administração Municipal opta pela realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico. Esta decisão fundamenta-se na busca pela maximização da receita pública e na seleção da proposta mais vantajosa, conforme admitido na análise de mercado do próprio ETP.

A escolha pelo rito competitivo justifica-se pelos seguintes fatores:

- **Limitação da Proposta da CEF:** A proposta de R\$ 650.000,00 apresentada pela Caixa Econômica Federal foi condicionada exclusivamente à contratação por dispensa, não havendo autorização para seu uso em ambiente de pregão.
- **Ausência de Orçamentos Diretos:** As instituições financeiras consultadas recusaram-se a fornecer cotações sem um valor referencial prévio, o que inviabilizou a métrica tradicional de pesquisa de preços.
- **Uso de Parâmetros de Mercado:** Diante das recusas, a Administração adotou a média de contratos recentes de outros entes públicos (Medianeira/PR, Araranguá/SC, Nossa Senhora das Dores/SE e Nova Trento/SC), resultando em um valor médio referencial de R\$ 1.616.207,00, sendo que será considerado o menor valor por servidor dos contratos utilizados e realizado arredondamento. O uso desses contratos, mesmo com vigência superior a 2 anos, justifica-se pela similaridade do objeto e pela necessidade de balizar um contrato de longa duração (até 10 anos)

O critério de julgamento no portal Comprasgov será o de "Maior Desconto". Para viabilizar a disputa e garantir a visualização clara do aporte real, estabelece-se a seguinte regra de conversão:

**Tabela Referencial de Aporte:**

- **Valor Base (100%):** R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais).
- **Regra de Lance:** A cada 1% de desconto oferecido pelo licitante, equivale a um aporte financeiro de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- **Lance Inicial Mínimo:** O certame iniciará com o percentual de 16%, que corresponde



ao valor médio de mercado calculado de R\$ 1.600.000,00.

Esta metodologia permite que o sistema de "Maior Desconto" do Comprasgov funcione como um leilão de Maior Oferta de Aporte, facilitando a disputa incremental entre os bancos.

A alteração do modelo de contratação direta para o Pregão Eletrônico demonstra-se amplamente vantajosa para o erário:

1. **Aumento do Retorno sobre a Folha:** Enquanto a proposta original seria de R\$ 650.000,00, o novo valor referencial de R\$ 1.600.000,00 esse retorno tornou-se elevado para **6%**, do valor bruto total da folha de pagamento
2. **Valor per Capita:** O investimento por servidor considerando o menor valor entre os contratos, ficou em R\$ 970,50, alinhando São Miguel do Iguaçu aos padrões competitivos de municípios vizinhos, como Medianeira/PR.
3. **Transparência e Competitividade:** A licitação afasta os riscos de questionamentos sobre o enquadramento da dispensa e utiliza a competitividade do mercado bancário para buscar lances ainda superiores à média calculada.

A Administração conclui que o Pregão Eletrônico por Maior Desconto, com valor inicial de R\$ 1.600.000,00, é a solução que melhor atende ao interesse público, garantindo a continuidade dos serviços bancários e assegurando a maior arrecadação possível para os cofres municipais através da cessão onerosa da folha de pagamento.

### **2.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação de instituição financeira, por meio de Pregão Eletrônico, para a prestação de serviços de processamento e gerenciamento da folha de pagamento do Município de São Miguel do Iguaçu. O objeto possui natureza híbrida, integrando a execução técnica dos créditos salariais e a cessão onerosa da gestão financeira da folha, abrangendo aproximadamente 1.653 vínculos ativos com uma folha bruta mensal estimada em R\$ 9.749.488,72.

O critério de julgamento será o de Maior Desconto via portal Comprasgov, utilizando uma regra de conversão onde cada 1% de desconto equivale a um aporte financeiro de R\$ 1.600.000,00, definido com base na média de contratos similares de outros entes públicos.

A execução será indireta e contínua, **e o prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.**

A definição da vigência decenal considera a natureza contínua e permanente dos serviços relacionados à operacionalização da folha de pagamento, bem como a necessidade de manutenção da estabilidade operacional, continuidade administrativa e redução de impactos decorrentes de frequentes substituições contratuais.

### **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

A Administração Municipal realizou uma análise detalhada do mercado para identificar as alternativas viáveis à continuidade dos serviços de operacionalização da folha de pagamento, visto que o contrato vigente encerra-se em maio de 2026. A análise considerou não apenas o retorno financeiro, mas também a segurança operacional e a eficiência administrativa.

### **CONSULTAS E LIMITAÇÕES DE ORÇAMENTAÇÃO DIRETA DURANTE A FASE DE**



**PLANEJAMENTO:** a Administração buscou obter orçamentos junto a diversas instituições financeiras. No entanto, verificou-se uma recusa generalizada das instituições em fornecer propostas comerciais sem a existência de um valor referencial prévio estabelecido pelo Município. Além disso, a Caixa Econômica Federal apresentou uma proposta de R\$ 650.000,00, porém restringiu sua validade exclusivamente para a modalidade de contratação direta por dispensa de licitação, não autorizando o uso desse valor como base para um processo competitivo de Pregão Eletrônico.

**METODOLOGIA DE BENCHMARKING E PREÇO REFERENCIAL:** diante da impossibilidade de obter orçamentos diretos, a Administração utilizou a técnica de comparação com contratações similares de outros entes públicos para balizar o valor de mercado. Foram analisados os seguintes contratos recentes:

- **Medianeira/PR (2025):** R\$ 1.810.000,00 (1.865 servidores): R\$ 970,50/servidor
- **Araranguá/SC (2025):** R\$ 2.303.005,58 (1.366 servidores): R\$ 1.685,95/ servidor
- **Nossa Senhora das Dores/SE (2024):** R\$ 1.801.822,42 (1.780 servidores): R\$ 1.012,26/servidor
- **Nova Trento/SC (2024):** R\$ 550.000,00 (294 servidores): R\$ 1.870,75

A média aritmética desses contratos resultou em um **valor referencial por servidor de R\$1.384,86**, e a **média total dos contratos no valor de R\$ 1.616.207,00**, calculando com base na quantidade de servidores da Administração Municipal de São Miguel do Iguaçu - PR, então foi decidido pela análise, a considerar o menor preços dentre as contratações utilizadas como parâmetro, sendo assim, foi utilizado como base o valor de R\$ 970,50 por servidor, considerando então: **1.653 servidores x R\$ 970,50 = R\$ 1.604.236,50**, reajustando o valor inicial para **R\$ 1.600.000,00 pelo arredondamento a menor**. A utilização de contratos de 2024 e 2025 justifica-se pela natureza do objeto, que prevê uma vigência de até 10 anos (120 meses), exigindo parâmetros que reflitam ciclos econômicos de longo prazo e a realidade de mercado para concessões onerosas de grande porte.

#### **Análise das Alternativas Avaliadas**

- **Alternativa A – Pregão Eletrônico (Solução Escolhida):** Consiste na realização de certame competitivo no portal Comprasgov com o critério de **Maior Desconto**. Para operacionalizar a disputa, estabeleceu-se que a cada 1% de desconto ofertado equivale a um aporte de R\$ 100.000,00.
- **Alternativa B – Contratação Direta (Descartada):** Embora oferecesse continuidade operacional imediata com a instituição atual, esta opção limitaria o benefício financeiro ao teto de R\$ 378,35 por servidor, a solução licitatória baseada no menor preço de mercado garante um aporte inicial de aproximadamente R\$ 967,00 por servidor, considerando o arredondamento utilizado.

Considerando o volume da folha de pagamento e o quantitativo de 1.653 vínculos ativos, a Administração conclui que o Pregão Eletrônico por Maior Desconto é a alternativa que melhor concilia a transparência pública com a maximização da receita. A metodologia de conversão de percentuais em aportes financeiros garante uma disputa clara e competitiva, assegurando que a instituição vencedora ofereça a contrapartida financeira mais justa pela exploração dos ativos da folha de pagamento municipal.

#### **4. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços bancários destinados ao processamento, gerenciamento e operacionalização da folha de pagamento dos servidores



da Administração Municipal, compreendendo servidores efetivos, comissionados, inativos e contratados temporários, totalizando aproximadamente 1.653 vínculos ativos, conforme dados fornecidos pelo setor de recursos humanos. Inclui, ainda, a gestão das contas destinadas ao recebimento das remunerações dos servidores municipais.

Trata-se de serviço contínuo e essencial ao funcionamento da Administração Pública, envolvendo atividades operacionais e financeiras necessárias à realização dos créditos mensais devidos aos servidores municipais, assegurando a continuidade das rotinas administrativas relacionadas à gestão de pessoal. O objeto será aplicado diretamente na execução da folha de pagamento municipal, mediante realização dos créditos nas contas dos servidores e manutenção das contas destinadas ao recebimento das remunerações durante a vigência contratual.

A execução ocorrerá mediante integração entre a Administração Municipal e a instituição financeira contratada, cabendo à Administração o envio das informações financeiras da folha de pagamento e à contratada o processamento dos dados e efetivação dos créditos nas contas dos beneficiários. A aplicação do objeto abrangerá todos os órgãos e unidades administrativas do Município, sendo operacionalizada pela instituição financeira por meio de seus sistemas, estruturas e canais de atendimento bancário. A finalidade da contratação consiste em viabilizar o pagamento regular das remunerações dos servidores municipais, garantindo o cumprimento das obrigações administrativas relacionadas à folha salarial.

A utilização dos serviços ocorrerá de forma contínua durante toda a vigência contratual, considerando que o processamento da folha de pagamento constitui atividade permanente da Administração Pública e que os pagamentos mensais não podem sofrer interrupções, especialmente diante do encerramento da contratação previsto em um curto prazo.

As especificações técnicas essenciais envolvem a capacidade da instituição financeira de realizar o processamento da folha de pagamento, efetuar os créditos nas contas dos servidores e manter as contas destinadas ao recebimento das remunerações, considerando a quantidade de vínculos ativos atualmente existentes e a necessidade de continuidade operacional dos serviços.

Devem ser assegurados padrões mínimos de qualidade relacionados à regularidade dos pagamentos, correta execução dos créditos, segurança operacional das transações financeiras e adequado funcionamento dos serviços bancários vinculados à operacionalização da folha salarial.

As especificações mínimas da contratação compreendem o recebimento das informações da folha encaminhadas pela Administração Municipal, o processamento dos dados financeiros, a realização dos créditos nas contas dos servidores nos prazos definidos pela Administração e a manutenção das contas utilizadas para recebimento das remunerações.

A seleção da proposta será realizada por meio de Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento por Maior Desconto no portal Comprasgov. Para fins de operacionalização da disputa, estabelece-se que cada 1% de desconto equivale a um aporte financeiro de R\$ 1.600.000,00 (correspondente ao lance inicial de 16%), montante definido com base na média de mercado de contratos similares recentes.

A execução do serviço é contínua e essencial, com vigência prevista de até 10 anos (120 meses), visando garantir a estabilidade das rotinas de pagamento dos servidores e a maximização da receita pública decorrente deste ativo financeiro municipal.



A contratação não envolve aquisição de bens, mas prestação de serviços bancários especializados, razão pela qual não se aplica análise entre aquisição e locação.

Não foram identificados impactos ambientais relevantes diretamente associados ao objeto contratado, tendo em vista tratar-se de serviço de natureza predominantemente financeira e operacional. Ainda assim, poderão ser observadas práticas relacionadas à redução do uso de documentos físicos, priorização de meios eletrônicos e racionalização de processos administrativos, em conformidade com as diretrizes gerais de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

## **5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO DO OBJETO**

A execução do objeto será realizada de forma indireta, por meio da contratação de instituição financeira, uma vez que a Administração não possui estrutura, autorização legal ou capacidade técnica para executar diretamente serviços bancários. A adoção desse modelo garante maior segurança, eficiência e regularidade na operacionalização da folha de pagamento.

Na execução, caberá à Administração elaborar a folha de pagamento e encaminhar as informações à instituição financeira dentro dos prazos definidos. A contratada será responsável pelo processamento desses dados e pela realização dos créditos nas contas dos servidores, assegurando que os valores sejam disponibilizados corretamente e dentro do prazo estabelecido. Os serviços serão prestados de forma contínua, acompanhando o calendário mensal da folha, sem interrupções.

A execução ocorrerá predominantemente por meio de sistemas eletrônicos da instituição financeira, não havendo necessidade de local físico específico. O atendimento aos servidores será realizado pelos canais próprios da instituição, conforme sua estrutura. A rotina envolve o envio das informações pela Administração, o processamento dos dados pela instituição e a efetivação dos pagamentos, com correção de eventuais inconsistências em conjunto entre as partes.

Não se aplica armazenamento de bens, nem cronograma de entregas físicas, por se tratar exclusivamente de prestação de serviços contínuos. Quanto às condições financeiras, considerando que haverá pagamento da instituição financeira à Administração, os critérios serão definidos no edital e no contrato. A aceitação do serviço será verificada pelo correto processamento da folha, cumprimento de prazos e ausência de falhas nos créditos.

A instituição financeira deverá ser autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 4.595/1964, além de observar as normas do Conselho Monetário Nacional aplicáveis à conta-salário, em especial a Resolução nº 3.402/2006, que garante, entre outros aspectos, a gratuidade de serviços essenciais e o direito à portabilidade. Também deverá atender à Resolução nº 4.753/2019, quanto à abertura e manutenção de contas, e à Resolução nº 4.658/2018, que trata da segurança da informação e proteção de dados.

Nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, a contratada deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal e trabalhista. Não há exigência de registros em conselhos profissionais ou órgãos como ANVISA ou INMETRO, por se tratar de serviço bancário regulado pelo Banco Central.

Não se exige apresentação de amostras, considerando que se trata de serviço padronizado no mercado, cuja qualidade será aferida pela capacidade técnica da instituição e pela execução contratual. Também não há necessidade de fornecimento de materiais ou equipamentos pela Administração, sendo toda a estrutura necessária de responsabilidade da





contratada.

Quanto à sustentabilidade, recomenda-se a adoção de meios eletrônicos para envio e processamento das informações, reduzindo o uso de papel e aumentando a eficiência administrativa.

Por fim, deverá ser prevista fase de transição ao término do contrato, a fim de garantir que eventual mudança de instituição financeira ocorra de forma organizada, sem prejuízo à continuidade do pagamento dos servidores.

Os requisitos mínimos da contratação visam assegurar que a instituição financeira esteja devidamente habilitada, possua capacidade operacional compatível com o volume da folha, atualmente composta por aproximadamente 1.653 vínculos, e execute o serviço com segurança, regularidade e eficiência, em conformidade com as normas do sistema financeiro e com as orientações dos órgãos de controle.

## **6. QUANTITATIVO DO OBJETO**

O dimensionamento da presente contratação fundamenta-se no histórico operacional do Município e na evolução de sua estrutura administrativa. Em 2020, houve uma contratação anterior para este mesmo objeto realizada por meio de dispensa de licitação, que atendeu à demanda da época. Contudo, desde então, verificou-se um crescimento expressivo no número de vínculos ativos, o que altera significativamente o valor do ativo financeiro representado pela folha de pagamento municipal.

Atualmente, a folha de pagamento é composta por aproximadamente 1.653 vínculos ativos, detalhados da seguinte forma:

- 1.031 servidores efetivos;
- 687 servidores não efetivos (comissionados, inativos e temporários).

Esta massa salarial, com valor bruto mensal estimado em R\$ 10.025.950,26, exige que a contratação contemple integralmente a operacionalização de todos os vínculos, sem possibilidade de fracionamento ou redução. A natureza contínua do serviço e a centralização do processamento em uma estrutura unificada tornam indispensável que uma única instituição financeira gerencie o objeto, garantindo a eficiência e a regularidade dos pagamentos.

Os quantitativos foram definidos mediante levantamento atualizado do setor de Recursos Humanos, garantindo rastreabilidade e confiabilidade às informações que servirão de base para a disputa no portal Comprasgov. Cabe ressaltar que este volume de 1.653 vínculos e o montante financeiro envolvido são os principais indicadores de mercado que justificam a adoção do valor referencial de R\$ 1.600.000,00 como lance inicial, buscando capturar o maior retorno econômico possível para a Administração através da competitividade entre as instituições financeiras.

## **7. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA**

O valor estimado para o aporte financeiro inicial desta contratação é de **R\$ 1.600.000,00** (um milhão, seiscentos mil reais). Este montante foi definido com base na média aritmética de contratos similares celebrados recentemente por outros entes públicos, garantindo uma estimativa que reflète a realidade competitiva do mercado para a cessão onerosa da folha de pagamento.

A presente contratação não gera despesa pública ao Município, mas sim **receita pública líquida** decorrente da exploração dos serviços bancários vinculados à folha de pagamento. A



definição deste valor referencial é fundamental para balizar a disputa competitiva e assegurar que a Administração capture o valor real de mercado pelo seu ativo financeiro.

#### **Metodologia de Composição do Preço Referencial**

Diante da impossibilidade de obter orçamentos diretos, visto que as instituições financeiras consultadas se recusaram a fornecer propostas sem um valor referencial prévio, e considerando que a proposta da Caixa Econômica Federal de R\$ 650.000,00 foi restrita exclusivamente à modalidade de dispensa de licitação, a Administração adotou o método de **benchmarking** (comparação com contratações similares), conforme autorizado pelo artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

Os contratos utilizados para o cálculo da média foram:

- **Medianeira/PR (2025):** R\$ 1.810.000,00;
- **Araranguá/SC (2025):** R\$ 2.303.005,58;
- **Nossa Senhora das Dores/SE (2024):** R\$ 1.801.822,42;
- **Nova Trento/SC (2024):** R\$ 550.000,00.

A utilização desses parâmetros, mesmo abrangendo contratos de 2024, justifica-se pela natureza decenal da contratação pretendida (até 120 meses), exigindo uma base de dados que contemple o comportamento do mercado em concessões de longo prazo.

#### **Parâmetros Técnicos de Dimensionamento**

O orçamento de referência considerou os seguintes indicadores específicos do Município de São Miguel do Iguaçu:

- Volume Financeiro: Valor bruto mensal da folha estimado em R\$ 10.025.950,26;
- Quantitativo de Vínculos: Atendimento a aproximadamente 1.653 servidores (1.031 efetivos e 687 não efetivos);
- Vantajosidade Econômica: O valor de R\$ 650.000,00. Em termos per capita, o aporte salta para R\$ 940,75 por servidor.

#### **Operacionalização da Disputa (Portal Comprasgov)**

O critério de julgamento será o de Maior Desconto, utilizando o sistema do portal Comprasgov como ferramenta para identificar a melhor oferta financeira. Para fins de lances, estabeleceu-se a seguinte regra de conversão:

- Cada 1% de desconto oferecido equivale a um aporte de R\$ 100.000,00.
- Dessa forma, o certame terá como lance inicial de abertura o percentual de 16%, que corresponde ao valor referencial de mercado de R\$ 1.600.000,00.

Esta metodologia garante total transparência e facilita a disputa incremental entre as instituições financeiras, assegurando que o maior percentual registrado no sistema reflita diretamente a maior oferta financeira real para o Município. Em razão da natureza do objeto, não houve definição de custos unitários ou parcelamento, tratando-se de solução única e indivisível para a operacionalização integral da folha salarial.

### **8. COMPATIBILIDADE COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual, tendo sido devidamente incluída no planejamento do órgão, ainda que se trate de uma contratação com potencial geração de receita para a Administração, e não de despesa direta.

A inclusão no Plano de Contratações Anual se justifica pela relevância e essencialidade do objeto, uma vez que a operacionalização da folha de pagamento é atividade indispensável ao funcionamento da Administração Pública. Independentemente de representar entrada de recursos, a contratação demanda planejamento prévio, organização administrativa e adoção



de procedimento licitatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

Assim, a previsão no Plano de Contratações Anual assegura maior controle, transparência e alinhamento com o planejamento institucional, permitindo que a Administração conduza o processo de forma estruturada e dentro dos prazos necessários, especialmente considerando o término do contrato vigente em maio de 2026.

Dessa forma, mesmo sendo uma contratação que gera retorno financeiro ao Município, sua inclusão no planejamento se mostra adequada e necessária, em conformidade com as boas práticas de governança e gestão das contratações públicas.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO**

Não se mostra tecnicamente viável o parcelamento da solução, considerando que o objeto da contratação envolve a prestação integrada de serviços bancários para gestão da folha de pagamento, atividade que exige funcionamento coordenado, contínuo e padronizado. A execução por múltiplas instituições comprometeria essa lógica, dificultando a integração dos sistemas, a uniformidade dos procedimentos e o controle por parte da Administração.

A Lei 14.133/2021 estabelece, em seu art. 40, § 2º, que o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. No entanto, a própria norma admite exceção quando tais requisitos não estiverem presentes, como ocorre neste caso, em que a divisão do objeto traria prejuízos operacionais e econômicos.

Sob o ponto de vista técnico, a centralização da folha em uma única instituição financeira garante maior segurança, rastreabilidade e confiabilidade no processamento dos dados. O pagamento de pessoal é uma atividade sensível, que não admite falhas ou descontinuidade, estando diretamente relacionada ao funcionamento da Administração e ao direito dos servidores. A fragmentação da solução poderia gerar inconsistências, atrasos e dificuldades na responsabilização em caso de falhas, o que contraria o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei 14.133/2021. No aspecto econômico, a centralização também se mostra mais vantajosa. A gestão da folha de pagamento representa um ativo relevante para as instituições financeiras, o que estimula a competitividade e eleva o valor das propostas quando o objeto é apresentado de forma integral. A divisão reduziria esse potencial, comprometendo a economia de escala e podendo resultar em menor retorno financeiro para a Administração, em desacordo com o objetivo de seleção da proposta mais vantajosa previsto no art. 11 da Lei 14.133/2021.

Além disso, a fragmentação implicaria aumento significativo da complexidade administrativa, com a necessidade de gerir múltiplos contratos, fiscalizações paralelas e possíveis conflitos operacionais entre diferentes prestadores. Esse cenário eleva o risco de descontinuidade na execução dos serviços e dificulta o controle e a governança da contratação, contrariando as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União no planejamento das contratações públicas.

Também deve ser considerado que o mercado possui diversas instituições financeiras com capacidade de executar integralmente o objeto, não havendo limitação de competitividade que justifique o parcelamento. Nesse sentido, a centralização não restringe a participação, mas, ao contrário, potencializa a disputa pelo maior retorno econômico.

Diante de todo esse contexto, conclui-se que o parcelamento não é a alternativa mais adequada, pois poderia gerar prejuízos à Administração, comprometer a eficiência da execução, reduzir a vantagem econômica da contratação e dificultar a gestão contratual. A





adoção de lote único, portanto, é a solução que melhor atende ao interesse público, garantindo segurança operacional, simplicidade administrativa e maximização dos resultados econômicos.

## **10. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

O objeto da presente contratação é caracterizado como **Bens e Serviços Comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, uma vez que se trata de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado. Os serviços bancários relacionados à gestão da folha de pagamento são amplamente ofertados por diversas instituições financeiras, com características padronizadas e conhecidas, não exigindo soluções complexas ou inovadoras de natureza intelectual predominante.

Sem prejuízo dessa classificação, o objeto também se enquadra como **Serviço Contínuo**, pois se destina à manutenção de atividade administrativa essencial, qual seja, o pagamento regular dos servidores públicos, caracterizando-se como necessidade permanente e prolongada que se renova ao longo dos exercícios financeiros. Trata-se de serviço indispensável ao funcionamento da Administração, cuja interrupção comprometeria diretamente a prestação de serviços públicos e o cumprimento de obrigações legais.

Não se enquadra como serviço comum de engenharia, nem como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, tampouco como serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não há disponibilização de empregados da contratada nas dependências da Administração, nem subordinação direta desses profissionais à gestão pública.

Justifica-se a caracterização como serviço contínuo em razão da necessidade permanente de processamento da folha de pagamento, atividade que ocorre de forma recorrente e mensal, sendo essencial para a manutenção das atividades administrativas e para a garantia dos direitos dos servidores.

Nesse contexto, atesta-se ser mais vantajosa a adoção de vigência plurianual, conforme autorizado pelos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021, uma vez que a natureza contínua do serviço exige estabilidade contratual, permitindo melhor planejamento, maior segurança na execução e potencial obtenção de condições mais vantajosas para a Administração ao longo do tempo.

## **11. FORMA DE CONTRATAÇÃO: Modalidade de licitação, Procedimento e Critério de Julgamento.**

**Modalidade de Licitação** A modalidade adotada será o **Pregão Eletrônico**, regido pela Lei nº 14.133/2021. A escolha pelo rito competitivo fundamenta-se na necessidade de maximizar a receita pública decorrente da cessão onerosa da folha de pagamento. Diferente da contratação direta inicialmente cogitada, o pregão permite que a Administração aproveite a competitividade do mercado bancário para elevar o valor do aporte financeiro, garantindo transparência e a seleção da proposta economicamente mais vantajosa para o Município.

**Procedimento e Critério de Julgamento** O procedimento será realizado integralmente de forma eletrônica, utilizando o portal Comprasgov. O critério de julgamento será o de **Maior Desconto**. Para operacionalizar a oferta de aporte financeiro (outorga) em um sistema de lances padronizado, estabelece-se a seguinte metodologia:

- **Regra de Conversão:** Cada **1% de desconto** ofertado pelo licitante equivale a um



aporte financeiro real de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais).

• **Lance Inicial Mínimo:** O certame iniciará com o percentual de **16%**, valor que corresponde ao preço referencial médio de mercado de **R\$ 1.600.000,00**, calculado a partir de benchmarking com contratos similares de outros entes públicos.

**Vigência Contratual** Considerando a natureza contínua e essencial do serviço de processamento das remunerações, a contratação terá vigência de **10 anos (120 meses)**, com fundamento no art. 106 da Lei nº 14.133/2021. Este prazo justifica-se pela necessidade de manutenção da estabilidade operacional para os **1.653 vínculos ativos** e pela garantia de continuidade administrativa, evitando os riscos e custos de frequentes migrações bancárias em um serviço de alta sensibilidade.

**Justificativa da Solução Escolhida** A transição para o modelo de licitação assegura que o Município capture o valor real de mercado pela exploração de seus ativos financeiros. O valor referencial de abertura representa um retorno de aproximadamente **6% sobre a folha bruta mensal**, demonstrando que a competitividade do Pregão Eletrônico é a via mais eficiente para a defesa do interesse público e a maximização da arrecadação municipal.

## 12. ANÁLISE DE RISCOS

Considerando que a presente contratação envolve serviço contínuo e essencial relacionado ao processamento e pagamento da folha salarial dos servidores municipais, foram identificados os principais riscos associados à fase de contratação, seleção da contratada e gestão contratual, bem como as respectivas medidas preventivas e ações de contingência.

A análise considera aspectos operacionais, jurídicos, administrativos e tecnológicos relacionados à execução do objeto, especialmente diante da natureza sensível da folha de pagamento, que envolve recursos financeiros públicos, dados pessoais dos servidores e obrigação administrativa contínua.

De forma geral, os riscos identificados foram considerados administráveis e compatíveis com a natureza da contratação pretendida, especialmente em razão da contratação de instituição financeira integrante da Administração Pública indireta da União, com atuação consolidada no sistema financeiro nacional.

As medidas preventivas e contingenciais previstas buscam assegurar a continuidade da prestação dos serviços relacionados ao processamento e pagamento da folha salarial dos servidores municipais, reduzindo impactos operacionais e garantindo maior segurança administrativa na execução contratual.

Risco Identificado	Fase	Probabilidade	Impacto	Dano/Resultado Potencial	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Questionamentos jurídicos quanto ao enquadramento da dispensa de licitação no art. 75, IX, da Lei nº 14.133/2021	Seleção da contratada	Média	Alto	Suspensão da contratação, apontamentos do controle interno ou externo e responsabilização administrativa	Formalização adequada da motivação administrativa, justificativa técnica da escolha da solução e demonstração da aderência legal da contratação	Setor de Contratações / Assessoria Jurídica	Encaminhamento dos autos para reavaliação jurídica e complementação da instrução processual	Assessoria Jurídica



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Risco Identificado	Fase	Probabilidade	Impacto	Dano/Resultado Potencial	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Inexistência de proposta formal ou recusa da instituição financeira em celebrar o contrato	Seleção da contratada	Baixa	Alto	Necessidade de reinício da fase de planejamento da contratação	Realização de tratativas prévias e obtenção de manifestação formal da instituição financeira	Sector Demandante	Reavaliação das alternativas de contratação disponíveis	Autoridade Competente
Atraso na formalização contratual antes do encerramento do contrato vigente	Contratação	Média	Alto	Risco de descontinuidade e operacionalização da folha de pagamento	Planejamento antecipado da contratação e acompanhamento dos prazos processuais	Sector de Contratações	Celebração emergencial de medida administrativa para garantir continuidade do serviço	Autoridade Competente
Atraso no envio das informações da folha pela Administração Municipal	Gestão contratual	Média	Alto	Atraso no processamento da folha e no pagamento dos servidores	Definição de cronograma operacional e conferência prévia das informações da folha	Sector de Recursos Humanos	Priorização do processamento emergencial junto à instituição financeira	Fiscal do Contrato
Erros ou inconsistências nos arquivos financeiros enviados pela Administração	Gestão contratual	Média	Alto	Pagamentos incorretos, necessidade de retrabalho e reclamações dos servidores	Conferência prévia dos arquivos financeiros antes do envio	Recursos Humanos / Sector Financeiro	Correção imediata dos dados e processamento complementar da folha	Fiscal do Contrato
Falha no processamento da folha pela instituição financeira	Gestão contratual	Baixa	Alto	Não realização dos créditos salariais nos prazos previstos	Estabelecimento de rotinas operacionais e acompanhamento da execução contratual	Fiscal do Contrato	Acionamento imediato da instituição financeira para processamento emergencial	Instituição Financeira
Indisponibilidade temporária dos sistemas bancários	Gestão contratual	Média	Médio	Dificuldade de acesso dos servidores aos valores creditados	Monitoramento dos canais de atendimento e comunicação prévia sobre manutenções programadas	Instituição Financeira	Restabelecimento prioritário dos serviços e comunicação aos usuários	Instituição Financeira
Falhas na integração entre sistemas da Administração e da instituição financeira	Gestão contratual	Média	Médio	Inconsistências no processamento da folha e atrasos operacionais	Realização de testes operacionais e validação prévia dos layouts utilizados	Sector de Tecnologia da Informação	Correção técnica dos arquivos e reprocessamento das informações	Instituição Financeira / Sistema Municipal
Vazamento ou tratamento inadequado de dados pessoais dos servidores	Gestão contratual	Baixa	Alto	Violação da LGPD, responsabilização administrativa e	Observância das normas de segurança da informação e	Instituição Financeira / Encarregado do LGPD	Comunicação do incidente, adoção de medidas corretivas e	Instituição Financeira / Administração



Risco Identificado	Fase	Probabilidade	Impacto	Dano/Resultado Potencial	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
				danos aos servidores	proteção de dados pessoais		apuração de responsabilidades	
Interrupção parcial dos serviços bancários vinculados à folha	Gestão contratual	Baixa	Alto	Comprometimento do acesso dos servidores aos serviços financeiros	Monitoramento da execução contratual e manutenção de canais de atendimento	Fiscal do Contrato	Atuação conjunta entre Administração e instituição financeira para restabelecimento dos serviços	Instituição Financeira
Insatisfação dos servidores quanto aos canais de atendimento bancário	Gestão contratual	Média	Médio	Reclamações administrativas e dificuldades operacionais no atendimento	Divulgação prévia das orientações operacionais e canais disponíveis	Recursos Humanos	Abertura de canal de suporte e interlocução com a instituição financeira	Instituição Financeira
Descumprimento de obrigações contratuais pela instituição financeira	Gestão contratual	Baixa	Alto	Prejuízo à execução dos serviços e necessidade de medidas administrativas	Fiscalização contínua da execução contratual e acompanhamento dos níveis de serviço	Fiscal do Contrato	Aplicação das medidas administrativas e contratuais cabíveis	Autoridade Competente

### 13. RESULTADOS ESPERADOS

Os benefícios esperados com a contratação envolvem o aumento da eficiência na gestão da folha de pagamento, a garantia de continuidade e regularidade dos pagamentos aos servidores e a maximização do retorno econômico para a Administração. A centralização dos serviços em uma única instituição financeira simplifica os processos internos, reduz falhas operacionais e melhora o controle sobre a execução, permitindo uma padronização indispensável para o gerenciamento de aproximadamente 1.653 vínculos ativos.

Diferente do planejamento inicial que previa a contratação direta, a opção pela modalidade Pregão Eletrônico fundamenta-se no princípio da seleção da proposta mais vantajosa, buscando capturar o valor real de mercado pelo ativo financeiro que a folha representa. A solução adotada visa assegurar a continuidade operacional e a segurança das transações, mas com o benefício adicional de elevar o aporte financeiro ao Município para o patamar referencial de R\$ 1.600.000,00 (representando 6% da folha bruta mensal), superando significativamente propostas anteriores que não exploravam a ampla competitividade.

Outro benefício relevante é a modernização dos procedimentos administrativos, com maior utilização de meios eletrônicos para envio e processamento das informações, o que contribui para maior agilidade, redução de retrabalho e conformidade com as diretrizes de sustentabilidade e proteção de dados (LGPD). A contratação por um período de até 10 anos reforça a segurança das operações e a estabilidade institucional, garantindo que os servidores tenham meios confiáveis de acesso aos seus valores sem os riscos de transições bancárias frequentes.



As métricas para avaliação dos resultados da contratação considerarão:

- a) Cumprimento dos prazos: processamento e efetivação do pagamento da folha salarial conforme cronograma municipal;
- b) Regularidade financeira: realização dos créditos bancários aos servidores sem interrupções;
- c) Qualidade operacional: ausência de falhas ou inconsistências relevantes nos arquivos e processamentos;
- d) Disponibilidade técnica: estabilidade dos sistemas e canais de atendimento utilizados para execução dos serviços;
- e) Eficiência na outorga: regularidade no repasse do aporte financeiro ofertado pela instituição vencedora;
- f) Satisfação do usuário: monitoramento de eventuais reclamações ou dificuldades de atendimento registradas pelos servidores.

O acompanhamento dessas métricas permitirá à Administração monitorar a qualidade da execução contratual, avaliar a efetividade da solução competitiva adotada e garantir que o retorno financeiro obtido se traduza em benefícios diretos para a gestão pública.

#### **14. PROVIDÊNCIAS FINAIS**

A presente contratação, por consistir na prestação contínua de serviços bancários e operacionais, não depende de assistência técnica ou manutenção corretiva de equipamentos por parte da Administração Municipal, sendo responsabilidade integral da instituição financeira contratada assegurar a estabilidade e a regularidade de seus próprios sistemas e estrutura operacional.

Não é necessária qualquer adequação por equipe de obras ou intervenção em locais físicos da municipalidade, visto que a execução do objeto ocorrerá predominantemente por meio de sistemas eletrônicos e da rede de atendimento própria da contratada.

Da mesma forma, a Administração não precisará fornecer insumos, materiais ou equipamentos, recaindo sobre a instituição financeira o ônus de prover toda a infraestrutura técnica necessária para a operacionalização da folha de pagamento.

Não foi identificada a necessidade de realizar outras contratações para que o objeto ora estudado se realize, tratando-se de uma solução centralizada e indivisível.

Em relação ao pessoal, a Administração Municipal deverá designar formalmente servidores para atuar como gestores e fiscais (técnicos e administrativos) do contrato, conforme as normas vigentes, não havendo previsão de contratações externas para fiscalização.

Cabe à futura contratada a obrigação de treinar seus próprios empregados, especialmente quanto às normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais exigidas pela LGPD.

Para a formalização do vínculo, a instituição financeira deve obrigatoriamente possuir autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil e estar em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional.

Por fim, a contratação não envolve descarte de materiais nem gera resíduos relevantes, uma vez que se prioriza a utilização de meios eletrônicos para o envio e processamento de informações, visando à redução do uso de documentos físicos e à racionalização de recursos administrativos.





ESTADO DO PARANÁ

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

## **Relação de Anexos ao ETP:**

Recusa das /Instituições Financeiras

Relatório Recursos Humanos

Contrato Similares para formação de preço.

## **15. APROVAÇÃO PELO SECRETÁRIO DA PASTA**

Considerando a conclusão do Estudo pelos servidores que o realizaram, aprovo o documento e autorizo a abertura de Processo de Contratação junto ao Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração

Por fim, declaro ciência nos termos e cautelas recomendadas.

Solicita-se ao Departamento de Contabilidade a emissão de Parecer Contábil para verificação da existência, suficiência e disponibilidade de recursos.

São Miguel do Iguaçu/PR, 10 de junho de 2026.

**Rosane Aparecida de Moraes**

Oficial Administrativo

**Andrigo Silva**

Secretário Municipal de Administração